

## A PONTUAÇÃO NO CONTO “O ESPELHO”, DE MACHADO DE ASSIS

*José Américo Miranda*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

**Resumo:** Este artigo confronta a pontuação do conto “O espelho”, de Machado de Assis, tal como está na primeira edição de *Papéis avulsos* (1882), com a pontuação das edições que foram consideradas pelos editores do texto as mais importantes deste conto. Tenta-se extrair desse confronto entre textos ensinamentos que sirvam de orientação para a edição de obras do autor.

**Palavras-chave:** Pontuação, Machado de Assis, “O espelho”.

### I

Quando editamos um texto, uma das questões que primeiro se nos apresenta é a da pontuação. Frequentemente discordamos da pontuação dos autores – isso quando eles são modernos e impressos... porque dos antigos nem se fala: os textos manuscritos antigos nem tinham pontuação, ou a possuíam muito parca, precária e, muitas vezes, confusa (ou pouco estudada e pouco conhecida). Houve tempo em que não havia sequer espaço em branco entre as palavras. (Cf. SPINA, 1994, p. 45-49) Ler e editar um manuscrito significa, então, necessariamente, interpretá-lo. A pontuação, como a conhecemos, só se fixou a partir do século XVII. Evidentemente, mesmo no caso de textos impressos, pontuados com os sinais que conhecemos, a interpretação está sempre em jogo no processo de edição.

A pontuação, como certos outros recursos gráficos, é própria da linguagem escrita. Machado de Assis, ele mesmo, numa de suas crônicas, em que reproduz uma conversa sobre assuntos bíblicos, ao mencionar a obra *Fruto proibido*, de Coelho Neto, observou: “Como a fala não sai em grifo, não se pode conhecer se a pessoa repete um título ou alguma frase.” (ASSIS, 1895, p. 1) A função primeira da pontuação consiste

em esclarecer certas incertezas estruturais, assim como assinalar nuances semânticas que de outro modo não seriam comunicadas ao leitor. Além disso, M. B. Parkes afirma, em sua obra sobre esse tema, que, ao examinar a prática individual da pontuação, é preciso ter cautela. A pontuação é, sempre foi, uma questão individual. (PARKES, 1992, p.1 e p. 5)<sup>1</sup>

Que tratamento dispensar à pontuação de determinado texto é, assim, uma das primeiras e mais importantes decisões a serem tomadas no início da preparação de uma edição. Duas são as opções extremas (isso para textos relativamente próximos de nós, como é o caso de Machado de Assis; porém, para textos mais antigos, e para públicos não especializados, admitem-se graus diversos de intervenção): ou bem se conserva a pontuação do original (ou texto-fonte, ou texto-base), ou bem se moderniza, conforme às regras do tempo em que é feita a edição (também essas regras mudam com o tempo!). Em matéria de pontuação, entretanto, embora existam regras, devemos sempre lembrar que se trata de uma “questão individual”, ou seja, há um enorme grau de liberdade, que permite ao escritor ajustar finamente suas ideias no texto – o que torna extremamente difícil conformar o texto às “regras atuais”.

Mexer na pontuação aqui e ali, aleatoriamente, – apenas onde ela nos incomoda –, sem critério objetivo, não é boa prática. É certo, entretanto, que intervenções pontuais são inevitáveis – como, por exemplo, quando falta o ponto-final a um parágrafo; ou quando há um ponto no meio do período, que interrompe a sequência, e as palavras que dão continuidade à estrutura frasal e à ideia vêm em seguida sem a inicial maiúscula indicativa do início de um novo período. Este segundo exemplo ocorre duas vezes em “O Espelho”, na edição de 1882 de *Papéis avulsos* (texto-base da edição que vem neste número da *Machadiana Eletrônica*).

A produção de um livro impresso envolve diversas etapas: há o autor (o manuscrito, o datiloscrito ou o texto digitado, ou o arquivo digital), há o tipógrafo, há o revisor, há a impressão mecânica do livro. Erros (conscientes, inconscientes ou acidentais) podem acontecer em qualquer dessas etapas; e erros devem ser corrigidos

---

<sup>1</sup> As ideias da segunda metade deste parágrafo são traduções livres dos seguintes trechos de M. B. Parkes: “Punctuation became an essential component of written language. Its primary function is to resolve structural uncertainties in a text, and to signal nuances of semantic significance which might otherwise not be conveyed at all, or would at best be much more difficult for a reader to figure out.” (p. 1) “When examining the practice of individuals one must also exercise caution. Punctuation is and always has been a personal matter.” (p. 5)

pelo editor (quando não houver outra possibilidade de interpretação que não seja a de erro). Deve-se ter sempre em vista o fato de que a pontuação num texto impresso não reflete necessariamente a pontuação do autor; ela pode ter sido introduzida ou alterada no processo de composição, de revisão, etc.

Antônio Houaiss, que cuidou de estabelecer e redigir os critérios de edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que foram aplicados à edição das demais obras machadianas pela Comissão Machado de Assis, afirmou, sobre a pontuação do autor:

6.4.3.2 Com relação à pontuação, seguiu-se, fielmente, a prescrição do critério geral, enunciada em 6.4.2.6. [transcrito adiante] E seguiu-se porque aquela recomendação se revelou absolutamente procedente. Matéria que merece ser estudada longamente, para fins de aprofundamento do sistema rítmico da prosa de MACHADO DE ASSIS, a sua pontuação, entretanto, é atualíssima, no sentido de que se exerce onde o cânon geral da pontuação hoje vigente o autoriza, ao mesmo tempo que deixa de exercer-se onde também o cânon em causa lhe faculta a opção. No jogo desse equilíbrio entre o obrigatório e o facultativo e o optativo, a pontuação do autor assume aquela feição pessoal que todos os observadores lhe reconhecem. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 301)

A opinião de que a pontuação de Machado de Assis é atualíssima pode talvez ser contestada (ou relativizada) – as numerosas intervenções dos editores, muitos deles muito qualificados para a tarefa, parecem confirmar esse ponto de vista. Apesar disso, esse autor, seguramente, deu grande contribuição ao estabelecimento das convenções que hoje se usam. Sob muitos aspectos, sim, sua pontuação é exemplar. Para além disso, quando foge aos padrões atuais, a pontuação dele, em cada ocorrência, se examinada com cuidado, quase sempre revela potencial expressivo relevante para o enriquecimento do sentido da frase. Coisa de artista. Artista da palavra.

O item 6.4.2.6 (mencionado na citação anterior) dos *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss, estabelece a importância do respeito à pontuação (como ele afirma acima) no caso de Machado de Assis:

6.4.2.6 Embora em tradições manuscritas antigas a pontuação possa ser, legitimamente, reputada um problema de *interpretatio*, cabendo, assim, ao editor-crítico adotar a que possa fundamentar melhor, no caso do autor em apreço [Machado de Assis] se está em polo oposto. Destarte, se a pontuação é *interpretatio*, nenhuma *interpretatio* pode ser melhor do que a do próprio autor. Seguir-se-á, assim, a sua, embora, com menção do fato e suas circunstâncias no aparato, possam

ocorrer casos de erro óbvio, o principal dos quais, em textos de jornais e revistas, é a perda, por queda, da vírgula em fim de linha composta em caixa móvel. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 293)

Vale dizer: a melhor pontuação é sempre a do autor. Que a pontuação de um texto seja questão de *interpretatio*, não pode haver dúvida – daí a relevância do tema. O padre Antônio Vieira, atento a todos os aspectos da linguagem verbal, escreveu sobre isso no “Sermão da Terceira Domingo da Quaresma”, pregado, em 1655, na Capela Real:

...bem é que saiba o nosso [tempo], quanto bastará para falsificar uma Escritura. Bastará mudar um nome? Bastará mudar uma palavra? Bastará mudar uma cifra? Digo que muito menos basta. Não é necessário para falsificar uma Escritura mudar nomes, nem palavras, nem cifras, nem ainda letras; basta mudar um ponto ou uma vírgula.

Perguntaram os controversistas, se assim como na Sagrada Escritura são de fé as palavras, serão também de fé os pontos e vírgulas? E respondem que sim; porque os pontos e vírgulas determinam os sentidos das palavras; e variados os pontos e vírgulas também o sentido se varia. Por isso antigamente havia um conselho chamado dos *Masoretas*, cujo ofício era conservar incorruptamente em sua pureza a pontuação da Escritura. [...] ...e nas palavras de fé, ainda que os pontos e vírgulas pareçam de menos consideração (assim como a prata é de menos preço que o ouro) também pertencem à fé tanto como as mesmas palavras. As palavras, porque formam a significação: os pontos e vírgulas, porque distinguem e determinam o sentido. Exemplo. *Surrexit: non est hic*. Ressuscitou; não está aqui. Com estas palavras diz o evangelista que Cristo ressuscitou: e com as mesmas palavras (se se mudar a pontuação) pode dizer um herege, que Cristo não ressuscitou. *Surrexit? Non; est hic*. Ressuscitou? Não; está aqui. De maneira que só com trocar pontos e vírgulas, com as mesmas palavras se diz, que Cristo ressuscitou; e é fé: e com as mesmas se diz, que Cristo não ressuscitou; e é heresia. Vede quão arriscado ofício é o de uma pena na mão. Ofício, que, com mudar um ponto, ou uma vírgula, da heresia pode fazer fé, e da fé pode fazer heresia. Oh que escrupuloso ofício! (VIEIRA, 1959, t. III, p. 198-199)<sup>2</sup>

Este é o ponto: “variados os pontos e vírgulas também o sentido se varia.” Mas há gramáticas, há teorias da pontuação. Há, entretanto, também, a língua, a língua viva, a oral e a escrita. Há os indivíduos e suas necessidades, suas encrencas consigo e com os outros, há a emoção, a intuição, o afeto, o inconsciente... E há a língua que serve de

---

<sup>2</sup> Este mesmo trecho foi por nós citado em outro texto – “Introdução à edição da ‘Abertura pelo Sr. Machado de Assis, Presidente’” – no n. 1 da *Machadiana Eletrônica*, p. 63. Dele tomamos, ainda, a epígrafe da revista: “Oh que escrupuloso ofício!”

matéria plástica à criação artística; aí é que reside o ponto específico a ser examinado: a pontuação do conto “O espelho”, de Machado de Assis, e o que dela fizeram os seus mais importantes editores.

## II

Em primeiro lugar, explicaremos a escolha das edições para cotejo com a fonte primária que nos serviu de texto-base. Foram duas as publicações do conto enquanto vivia o autor; a primeira na *Gazeta de Notícias* (8 set. 1882), a segunda, em *Papéis avulsos* (saído no mesmo ano, em novembro). (Cf. SOUSA, 1955, p. 79 e p. 535) Para todos os efeitos, consideramos duas as edições em vida do autor (não conseguimos localizar a terceira, de que J. Galante de Sousa dá notícia, na edição semanal da *Gazeta de Notícias* do dia 12 de setembro de 1882 – a primeira publicação aparecera no “Folhetim” do dia 8 de setembro). Há variantes importantes entre as duas versões; vou lembrar apenas uma: o autor, ao passar o conto do periódico para livro, substituiu lindamente um neutro “etc.” (na versão do jornal) por reticências (no livro).

Pela minha parte, conheço uma senhora, – na verdade, gentilíssima, – que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra: um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis, etc. (ASSIS, 1882a, p. 1)

Pela minha parte, conheço uma senhora, – na verdade, gentilíssima, – que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra: um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis... (ASSIS, 1882b, p. 245)

Quanto valor nessas reticências... A pontuação expressa com mais elegância e sutileza o que dizia a voz severa e neutra do “etc.” A segunda publicação em vida do autor, já em livro, é seguramente a melhor (não só nesta passagem); ela constitui o texto-base, a fonte da edição planejada e executada. Com o “etc.” a numeração das ocupações da “gentilíssima senhora” torna-se, digamos, “mecânica”, ao passo que, com as reticências, fica sugerido que as diversões a que ela se dedica vêm das profundezas de seu espírito; a pontuação insinua, revela-nos a natureza e a força de seus desejos secretos – ao ponto de constituírem-lhe a “alma exterior”, metade “visível” de seu ser.

Depois da morte do autor, a casa Garnier publicou a obra (*Papéis avulsos*) duas vezes; Galante de Sousa registra uma edição com data de 1920[?] e a outra sem data. Os exemplares que possuímos trazem, na segunda edição, o colofão: “Abbeville. – Imprimerie F. Paillart. – 9-20” (certamente, 1920); e, na terceira: “Tip. Garnier Irmãos (Levé-R.).” A pessoa a quem pertenceu este exemplar da terceira edição anotou na página de rosto: “S. P. 23/3/23”.

As edições da W. M. Jackson de *Papéis avulsos* tiveram início em 1937 (houve outras em 1938, 1942, 1944, 1946, 1950, 1952, 1955, 1957).<sup>3</sup> Essa editora havia adquirido da Garnier, em 1935, os direitos de publicação das obras do escritor. (Cf. CAMPOS, 2018, p. 135) Não é (a de 1937) uma boa edição – das mais “erradas” talvez, mas seguramente foi muito lida – e foi (trata-se de uma presunção) a matriz das edições subsequentes da mesma editora, que fez revisão dos textos, segundo Ubiratan Machado, somente na década de 1950. (Cf. MACHADO, 2008, p. 360) Por esse motivo, costumamos consultar também alguma das edições revistas (da década de 1950); no caso de *Papéis avulsos*, a primeira edição revista por Ari de Mesquita é a de 1952.<sup>4</sup>

Dessa editora, consideramos apenas a primeira das diversas edições, na presunção de que o texto recebeu aí tratamento o mais cuidadoso possível (dentro das possibilidades da editora); afinal, era essa a primeira edição de *Papéis avulsos* pela W. M. Jackson. Presumimos que o tratamento dado ao texto em 1937 reflete o espírito do empreendimento dessa editora – empreendimento sem dúvida importante (por isso não o poderíamos desconhecer) na história dos textos de Machado de Assis.<sup>5</sup>

Em decorrência do despacho presidencial de 15 de setembro de 1958, que pôs a obra de Machado de Assis em domínio público, apareceu pela primeira vez, em 1959, em três volumes, a *Obra completa*, pela editora José Aguilar. Novamente, a presunção é de que o texto tenha sido zelosamente transcrito – tratava-se de uma casa editora de

---

<sup>3</sup> Possuímos exemplares de todas essas edições. J. Galante de Sousa, cuja *Bibliografia de Machado de Assis* foi publicada em 1955, só registra as edições de 1937, 1944, 1950 e 1952.

<sup>4</sup> Na edição que preparamos do conto “O espelho”, não utilizamos esta edição de 1952, porque não possuíamos, naquela época, nenhum exemplar dela.

<sup>5</sup> De posse das duas edições póstumas de *Papéis avulsos*, pela editora Garnier, e de todas as edições da W. M. Jackson que mencionamos (1937 a 1957), procedemos a uma investigação das variantes textuais nessas edições, e, com isso, tentamos dar uma contribuição à história de “O espelho” e, por extensão, de *Papéis avulsos*. O resultado da investigação encontra-se neste número da *Machadiana Eletrônica*, na seção Artigos, sob o título “‘O espelho’, de Machado de Assis: contribuição à história do texto (e, subsidiariamente, à história de *Papéis avulsos*)”. Muitas das presunções de que partimos a respeito das edições W. M. Jackson caíram por terra – como, por exemplo, a presunção de que a edição de 1937 só passou por revisão na década de 1950.

prestígio e de um projeto editorial ambicioso. Como as edições Jackson, as da editora Aguilar se sucederam no tempo; como aquelas, é de presumir-se que eventuais erros descobertos numa das edições tenham sido corrigidos nas seguintes (o que não impede, evidentemente, o aparecimento de novos erros). Dessa editora, consultamos, para a elaboração de nossa edição de “O espelho”, a edição de 1959. A de 1994 foi utilizada pelo Ministério da Educação para pôr a obra do escritor no site “domínio público” (<<http://machado.mec.gov.br/>>), daí sua importância e a razão de sua inclusão na série cotejada. Por fim, a editora Nova Aguilar, em 2008, passou a publicar a *Obra completa em quatro volumes*, com a inclusão de numerosos textos ausentes das edições em três volumes. Em 2015, já circulava a terceira edição (escolhida para o cotejo por ser a última dessa editora de que dispomos). Estas (as edições da *Obra completa em quatro volumes*) são talvez as únicas que se propõem explicitamente a “corrigir” e a “modernizar” os textos machadianos. Constam de seus critérios, por exemplo, além da atualização ortográfica e da colocação do sinal de crase segundo os padrões atuais, os seguintes itens:

3) correção de vírgulas flagrantemente incorretas; 4) uniformização do uso de travessões, que em autores do século XIX alternam-se com vírgulas; 5) correção dos erros de concordância verbal; 6) substituição das palavras estrangeiras por seus equivalentes em português, mas preservando os casos em que a palavra em português, embora dicionarizada, soe estranha ao leitor comum, e ainda quando o uso do estrangeirismo for uma característica do personagem, e portanto um índice de sua personalidade ou posição social; 7) correção das flexões verbais de “haver” quando contrariam a regra vigente; 8) o uso de “Senhor” e “sr.” foi uniformizado: procurou-se grafar com minúscula e por extenso quando a palavra aparece em diálogo; e com minúscula e abreviada quando aparece em discurso indireto. O mesmo vale para “doutor”, “professor”, “padre” etc. (In: ASSIS, 2015, v. 1, p. XII)

Além dessas edições do conto “O espelho” nas grandes séries de grandes editoras, há outras três importantes, pelas pessoas que as prepararam: a de Adriano da Gama Kury (1989, Garnier), a de John Gledson (1998, Companhia das Letras) e a de Ivan Teixeira (2005, Martins Fontes).

Em linhas gerais, estes têm sido os critérios de escolha para as edições que vimos preparando e publicando na *Machadiana Eletrônica*: consideram-se as edições feitas em vida do autor; as primeiras das grandes séries editoriais (W. M. Jackson e José

Aguilar / Nova Aguilar); e outras edições de que tenhamos conhecimento terem sido preparadas com cuidado especial, por especialistas de renome – como, por exemplo, as edições críticas pela Comissão Machado de Assis. E, ainda, a primeira (2008) ou a última (2015) das edições da *Obra completa em quatro volumes*, pela editora Nova Aguilar. Entendemos que a edição de 2015, em quatro volumes, representa a última palavra da editora acerca dos textos machadianos, segundo seus critérios.

No caso do conto “O espelho”, não há edição crítica pela Comissão Machado de Assis (*Papéis avulsos* não foi editado pela Comissão). O conto foi também publicado em coletâneas, e pelo menos uma delas é muito importante: julgamos necessário levar em conta a edição do conto por John Gledson – que vem numa antologia.

Ao todo, tivemos nove edições para cotejo e estudo: a primeira, na *Gazeta de Notícias* (1882), a segunda, em *Papéis avulsos* (1882), a terceira, pela editora W. M. Jackson (1937), as três que escolhemos das editoras José Aguilar / Nova Aguilar (1959, 1994 e 2015), a preparada por Adriano da Gama Kury (Garnier, 1989), a de John Gledson (1998) e a de Ivan Teixeira (2005).

### III

Antes de verificar e discutir a pontuação nas diversas edições de “O espelho” que foram cotejadas no processo da edição do conto para este número da *Machadiana Eletrônica*, examinaremos os pontos em que o texto-base apresenta problemas que demandam intervenções pontuais – feitas, evidentemente, por todos os editores. São erros óbvios que precisam ser corrigidos e que, normalmente, nem precisam ser registrados em notas. De nossa parte, registramos essas anomalias, com o sentimento de que alguém, um dia, possa descobrir-lhes algum sentido.

Primeiro os erros na grafia de palavras (são apenas dois), depois os que envolvem a pontuação – talvez seja melhor dizer sinais de pontuação (são, também, dois):

1. “Rigorosamente eram quatro os que falavam; mas, além deles, havia na sala um quinto personagem, calado, pensando, cochilando, cuja espórtula no debate não passava de **um o outro** resmungo de aprovação.” (§ 2)

Evidentemente, “um o outro” está no lugar de “um ou outro”.

2. “Estava a olhar para o vidro, com uma persistência de desesperado, contemplando as próprias **feições** derramadas e inacabadas, uma nuvem de linhas soltas, informes, quando tive o pensamento...” (§ 31)

A palavra “feições” está grafada equivocadamente “feições”.

3. “Achei-me só, sem mais **ninguém. entre** quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada.” (§ 23)

O ponto, entre “ninguém” e “entre”, é um erro óbvio; aí deveria estar uma vírgula.

4. “**Quando. muitos** anos depois, li uma poesia americana, creio que de Longfellow, e topei com este famoso estribilho: *Never, for ever! – For ever, never!* confesso-lhes que tive um calafrio: recordei-me daqueles dias medonhos.” (§ 23)

O ponto entre “Quando” e “muitos”, no início do período, está, como no caso anterior, no lugar de uma vírgula.

Em tais pontos, intervenções corretivas são necessárias e inevitáveis – não existem textos impressos sem erros. Sendo assim, é bem possível que em pelo menos alguns dos demais pontos em que os diversos editores que se debruçaram sobre o texto fizeram alterações haja pelo menos um ou outro ponto em que, de fato, a forma textual impressa não reflita a vontade do autor – e o editor pode estar certo! Apesar dessa possibilidade – sempre presente –, julgamos que a pontuação do autor deve sempre ser respeitada, desde que para ela exista alguma possibilidade de explicação, justificação ou interpretação.

Lendo o texto de “O espelho”, nas diversas edições que elegemos para cotejo, o primeiro ponto a sofrer alteração na pontuação foi este:

Não discutia **nunca**; e defendia-se da abstenção com um paradoxo, dizendo que a discussão **era** a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial; e acrescentava que os serafins e os querubins não controvertiam nada, e, aliás, eram a perfeição espiritual e eterna. (Assim no texto-base, § 2)

Não discutia **nunca**: e defendia-se da abstenção com um paradoxo, dizendo que a discussão **é** a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial; e acrescentava que os serafins e os querubins não controvertiam nada, e, aliás, eram a perfeição espiritual e eterna. (Assim em OCA2015, § 2)

É preciso que se diga: OCA2015 (*Obra completa em quatro volumes*, terceira edição, São Paulo, Nova Aguilar, 2015) é uma edição que se declara “destinada ao grande público” e garante que as obras do autor estão “reproduzidas exatamente como foram publicadas originalmente”. Quanto ao tratamento dado aos textos, no que diz respeito à pontuação, conforme já vimos, a “Nota editorial” afirma que a edição cuidou da “correção das vírgulas flagrantemente incorretas”. É preciso lembrar, também, que o emprego dos sinais de pontuação varia de escritor para escritor, que não há regras rígidas sobre o assunto, e que o uso geral é que tem consagrado certos entendimentos a esse respeito. (Cf. CEGALLA, 1998, p. 81) Significa isso que a pontuação do autor “corrigida” não era necessariamente “errada”, e que as intervenções dos editores nem sempre resultam em formas “erradas” de pontuar, mas em formas “diferentes” – muitas vezes, é claro, e como era de se esperar, de acordo com o uso geral, consagrado.

No trecho transcrito acima, não é exatamente de “vírgula” que se trata, mas de “ponto e vírgula”. Essa pontuação foi substituída por dois-pontos. Nenhum dos outros editores fez intervenção neste ponto da narrativa. Examinemos o caso. Além dessa interferência na pontuação, há nesse mesmo período a troca de um tempo verbal (“era” foi trocado por “é”). Embora não seja nosso objetivo analisar todas as variantes do conto, como esta mudança verbal ocorre no mesmo período, e contribui para a “deformação” dele, não a deixaremos fora do nosso comentário.

No texto de 1882, todo o período é uma caracterização do personagem (só no final do parágrafo conhecemos o seu nome: Jacobina). O desenho, ao longo do período, vai-se expandindo. Quando se substitui o ponto e vírgula por dois-pontos, toda a caracterização se reduz ao “Não discutia nunca” – e tudo o mais se torna explicação disso; e a partícula “e”, logo depois da pontuação trocada, perde sua função de conjunção aditiva, fica como que sobrando na estrutura.

Quanto à mudança do tempo verbal, é interessante notar que só há um verbo no presente em todo o período – tudo o mais está no imperfeito. Tudo muito justo, as correlações entre os tempos verbais são perfeitamente harmônicas: Jacobina “era” assim desde sempre, e a discussão “era”, para ele, “a forma polida do instinto batalhador”. A forma verbal no presente é “jaz”, que aparece quando ele se reconhece parte da espécie, em que “o instinto batalhador” “jaz no homem, como uma herança bestial” (isto é, “jaz”

em todos os homens, não só nele, Jacobina; aliás, nele, pouco, pois “não discutia nunca” – é como se ele estivesse um degrau acima dos homens comuns; só o verbo no presente universaliza a característica de que ele fala). E, justamente nesta noite, em que se passa o conto, ele entra na discussão; seu instinto batalhador, sua herança bestial como que aflora. Do mar dos imperfeitos brota o presente.

A mudança do tempo verbal altera toda essa “lógica” implícita na estrutura frasal, já reduzida na amplitude de sua significação pela mudança da pontuação. Como dizia Ungaretti sobre a poesia (o dito vale também para a prosa), é preciso atenção máxima aos “mínimos fatos”:

Não será demais recomendar-lhes que, quando tiverem de explicar um texto poético, prestem atenção, concretamente atenção, às coisas mais insignificantes. Antes de tudo, naturalmente, devem atentar para o sentido das palavras, mas o sentido de cada palavra é modificado, atenuado ou valorizado, seja pela sua posição em face das outras, seja pela palavra rimada e os acentos tônicos, seja pelas sílabas átonas, as aliteraões, até por uma vírgula etc. Dar-se conta de um mínimo fato pode levar a descobertas em si mesmas pequenas, talvez, mas das quais pode decorrer toda uma revolução de uma posição crítica referente a uma obra poética e ao período histórico literário. (UNGARETTI, 1996, p. 100)

A passagem seguinte, em que editores alteraram a pontuação do texto machadiano, é esta:

Cada cabeça, cada sentença; não só o acordo, mas a mesma **discussão**, tornou-se difícil, senão impossível, pela multiplicidade de questões que se deduziram do tronco **principal**, e um pouco, talvez, pela inconsistência dos pareceres. (Assim no texto-base, § 4)

Cada cabeça, cada sentença; não só o acordo, mas a mesma **discussão** tornou-se difícil, senão impossível, pela multiplicidade de questões que se deduziram do tronco **principal** e um pouco, talvez, pela inconsistência dos pareceres. (Assim em PA1937, § 4)

Dois vírgulas foram suprimidas nesse período apenas numa das edições, PA1937 (*Papéis avulsos*, W. M. Jackson, 1937), certamente a mais desatenta (para não dizer malcuidada) das edições com que estamos lidando. Lembremo-nos (isso já foi dito aqui) que a editora W. M. Jackson havia comprado, em 1935, os direitos autorais das obras de Machado de Assis, que até então pertenciam à editora Garnier. (Cf. CAMPOS,

2018, p. 135) Até 1958, quando a obra foi posta em domínio público por um despacho do presidente Juscelino Kubitschek, essas foram as únicas edições de que dispunham os leitores. Foi com elas nas livrarias que se passaram os cem anos do nascimento do autor.

Nenhum dos outros editores suprimiu essas vírgulas, ambas corretas, muito úteis ao andamento do texto e à exposição das ideias.

No período que vem depois desse em que duas vírgulas foram suprimidas em PA1937, uma outra edição (OCA2015) traz outra alteração (outra vírgula suprimida):

Um dos argumentadores pediu ao Jacobina alguma **opinião**, – uma conjectura, ao menos. (Assim no texto-base, § 4)

Um dos argumentadores pediu ao Jacobina alguma **opinião** – uma conjectura, ao menos. (Assim em OCA2015, § 4)

OCA2015 (*Obra completa em quatro volumes*, Nova Aguilar, 2015) é a edição que se propõe, conforme sua “Nota editorial”, a corrigir “as vírgulas flagrantemente incorretas” e a uniformizar “o uso dos travessões, que em autores do século XIX alternam-se com vírgulas”. Curiosamente, o caso dessa passagem envolve os dois sinais de pontuação: a vírgula e o travessão. Estão ambos presentes no ponto em que a vírgula foi suprimida, em flagrante contradição com a afirmação de que em autores do século XIX os travessões se alternam com as vírgulas. Neste caso, não é de alternância que se trata, mas de simultaneidade. Pode-se alegar que há certo exagero, certa redundância, na dupla pontuação. Redundância, entretanto, nem sempre é erro ou defeito. O problema é que nada há de errado nesse uso: tanto o travessão como a vírgula poderiam ser empregados isoladamente. Há, porém, detalhes na sintaxe do autor: é que depois de “conjectura” há uma outra vírgula, que se aplica somente à relação do “ao menos” com a “conjectura” (ela, essa outra vírgula, não se aplica, ou pelo menos não se aplica do mesmo modo, à relação da expressão que encerra o período – “ao menos” – com a palavra “opinião”). Bastaria isso para justificar a pontuação dupla; porém, há mais. Se fosse suprimido o travessão, “opinião” e “conjectura” seriam noções com o mesmo valor (seriam, praticamente, equivalentes uma à outra). Com o travessão, o segundo termo – “conjectura” – adquire uma conotação restritiva relativamente a “opinião” (termo mais abrangente, não necessariamente de natureza conjectural). Com o travessão, alguma ênfase é posta no termo “conjectura” – o que os interlocutores

esperavam de Jacobina é alguma elaboração mental dele, construída, arquitetada, como uma construção hipotética, por exemplo. “Opinião” seria algo mais frouxo, mais brando, mais amplo, que se poderia emitir sem esforço mental; “conjectura” pede esse esforço. A supressão da vírgula, aparentemente, não prejudica esse modo da expressão; mas por que suprimi-la, se o autor a colocou lá – e não há erro nisso. O excesso, a que chamamos aqui de “redundância”, seria equivalente, se se tratasse de palavras, ao pleonasma – que se costuma apontar como um defeito, mas cujo emprego, alertam os próprios dicionários, é “legítimo em certos casos, pois confere maior vigor ao que está sendo expresso”. (HOUAISS, 2001) É o que sucede nessa passagem – a pontuação confere vigor à ideia.

A ideia da economia, se boa para um estudante (que precisa aprender a ser claro sem ser excessivo, maçante ou rebarbativo), não é boa para quem deseja conhecer um artista da palavra no domínio pleno de sua expressão. OCA2015, no tocante ao uso simultâneo de vírgula e travessão, foi coerente; em outro período do conto procedeu à mesma simplificação:

Pela minha parte, conheço uma **senhora, – na verdade, gentilíssima,**  
– **que** muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. (Assim no texto-base, § 9)

Pela minha parte, conheço uma **senhora – na verdade, gentilíssima –**  
**que** muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. (Assim em OCA2015, § 9)

A supressão das vírgulas confere ao trecho entre travessões um caráter mais acentuadamente restritivo; ao passo que, com as vírgulas, esse trecho (destacado, é verdade, pelos travessões) tem caráter explicativo. Do mesmo modo, sem as vírgulas, a oração que termina o período – “que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano.” – adquire também um caráter restritivo, como se Jacobina falasse de pessoa (ou personagem) bem definida; com as vírgulas, essa personagem adquire um caráter mais geral, designa um “tipo” social.

Essas mesmas duas vírgulas suprimidas em OCA2015 o foram também em PA1937 (a primeira das edições W. M. Jackson). Nesta edição (PA1937), no período seguinte, outra vírgula foi suprimida, e os dois-pontos substituídos por ponto e vírgula:

Durante a estação lírica é a ópera; cessando a **estação**, a alma exterior substitui-se por **outra**: um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis... (Assim no texto-base, § 9)

Durante a estação lírica é a ópera; cessando a **estação** a alma exterior substitui-se por **outra**; um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis... (Assim em PA1937, § 9)

A supressão da vírgula é de todo inadequada; a oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio, anteposta ou não à principal, deve ser separada dela por vírgula. Machado de Assis pontuou seu período, nesta passagem, justamente conforme ao sentimento atual dos escritores – tanto que as gramáticas recomendam essa vírgula. Entendo que é em passagens assim (e também na que será comentada a seguir, nesta mesma passagem) que Antônio Houaiss se baseou para dizer que a pontuação do autor “é atualíssima, no sentido de que se exerce onde o cânon geral da pontuação hoje vigente o autoriza”. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 301)

Em PA1937, os dois-pontos foram substituídos por ponto e vírgula. Ora, o que se segue aos dois-pontos é uma enumeração; e um dos usos dos dois-pontos é justamente este: antes de certos apostos, especialmente nas enumerações... Não faz sentido essa substituição.

A ideia de economia parece ser o fundamento de outra vírgula suprimida (desnecessariamente) em OCA2015 neste período:

Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; – e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, **um tambor**, etc. (Assim no texto-base, § 7)

Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; – e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, **um tambor** etc. (Assim em OCA2015, § 7)

Trata-se, neste caso, de vírgula antes de “etc.” – vírgula de uso mais que consagrado entre grandes escritores. A “economia” aí viria do “et”, que é parte da expressão latina *et cetera* (“e outras coisas; e assim por diante”); segundo essa ideia, a conjunção “e” (“et”) dispensaria a vírgula. O fato é que ninguém mais se lembra disso, e o uso já consagrou a vírgula nesses casos. Desnecessária, portanto, a eliminação promovida pelos editores. Nesse trecho, é ainda digna de nota a permanência do

travessão depois do ponto e vírgula – justo nesta edição que se propôs a normalizar o uso dos travessões (que, segundo a “Nota editorial”, se alternam com vírgulas). O caso do travessão nesse período é análogo ao caso do travessão usado em combinação com vírgula e já discutido neste artigo. Seria coerente suprimir o ponto-e-vírgula (ou o travessão), se a ideia, em OCA2015, é uniformizar...

Por falar em coerência, se a ideia era, também, corrigir as “vírgulas flagrantemente erradas”, o princípio deveria ser aplicado à omissão delas – ou seja, onde o autor não pôs vírgula, e ela é hoje “necessária” (pelas recomendações normativas), ela deveria ser acrescentada. Veja-se, nesse conto, este período, que vem logo no primeiro parágrafo:

A casa ficava no morro de Santa Teresa, a sala era pequena, alumiada a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com **o luar que vinha de fora**. (Assim no texto-base, § 1)

É de perguntar-se: numa sala, de onde mais poderia vir o luar, senão de fora? De onde mais poderia vir a luz da lua? De outro lugar nenhum (a não ser “de fora”). Portanto, a oração final do período é explicativa, não pode ser restritiva (não há outra possibilidade para a origem da luz da lua que invade a sala), e, portanto, antes do “que”, a regra atual manda que se ponha uma vírgula... que nenhum editor pôs... Entenda-se: não defendemos que seja posta aí uma vírgula. Estamos apenas assinalando certa “incoerência” nos critérios de OCA2015. Além do mais, nesse caso específico, a ausência da vírgula está em consonância com a ideia da fusão das luzes: a da sala com a do luar – tem, portanto, valor estilístico.

Houve, porém, uma passagem, envolvendo uma oração adverbial, em que, faltando a vírgula no texto, ela foi acrescentada (mas em PA1937, não em OCA2015):

Fui, acompanhado de um pajem, que daí a dias tornou à vila, porque a tia Marcolina, apenas me pilhou no sítio, escreveu a **minha mãe** dizendo que não me soltava antes de um mês, pelo menos. (Assim no texto-base, § 13)

Fui, acompanhado de um pajem, que daí a dias tornou à vila, porque a tia Marcolina, apenas me pilhou no sítio, escreveu a **minha mãe**, dizendo que não me soltava antes de um mês, pelo menos. (Assim em PA1937, § 13)

Numa das passagens já comentadas, do parágrafo 9 – em que ocorre a oração “cessando a estação” – a vírgula (correta) havia sido suprimida; agora a vírgula é acrescentada.

O caso é análogo ao anterior; trata-se de uma oração adverbial, que, segundo as regras modernas, de fato, deveria vir separada por vírgula. Neste caso, porém, a ausência da vírgula casa-se muito bem com o interesse da tia Marcolina (que tinha intenso desejo de manter Jacobina junto a si). O suposto “erro” do autor tem lá seu efeito: o ajustamento da sintaxe ao sentido íntimo do texto.

Pelo que temos visto até aqui, PA1937 e OCA2015 são as edições que trataram o texto machadiano com mais liberdade: OCA2015 explicou seus critérios; PA1937 não (é de supor-se que tentaram “corrigir” o texto; mas em PA1937 há erros vocabulares, trechos faltando, e outros descuidos). Por esse motivo, vamos acompanhar essas duas edições até o final do conto; quando as outras edições que cotejamos apresentarem intervenções nos mesmos pontos, mencionaremos o fato.

A próxima vírgula, vítima de OCA2015, foi esta:

Lembra-me de alguns **rapazes**, que se davam comigo, e passaram a olhar-me de revés, durante algum tempo. (Assim no texto-base, § 13)

Lembra-me de alguns **rapazes** que se davam comigo, e passaram a olhar-me de revés, durante algum tempo. (Assim em OCA2015, § 13)

A oração posta entre vírgulas pelo autor – “que se davam comigo” –, pelas vírgulas, tem caráter explicativo. A eliminação da primeira delas torna a oração restritiva. Parecem ser possíveis as duas coisas; entretanto, há um fator a favor da vírgula: é que a proximidade de Jacobina com os tais rapazes não devia ser assim tão grande, de modo que a vírgula os separa e distingue elegantemente (sem necessidade de exposição dos detalhes próprios da relação).

Ocorre um caso, ainda em PA1937, para o qual nenhuma justificativa se pode imaginar:

Um cunhado dela, irmão do finado Peçanha, que ali **morava**, não me chamava de outra maneira. (Assim no texto-base, § 13)

Um cunhado dela, irmão do finado Peçanha, que ali **morava** não me chamava de outra maneira. (Assim em PA1937, § 13)

Só pode ter sido descuido a supressão de parte da pontuação que isolava entre vírgulas a oração subordinada adjetiva explicativa – “que ali morava”. O texto de Machado de Assis estava corretissimamente pontuado.

Nesse mesmo parágrafo 13, OCA2015 traz o acréscimo de uma vírgula, que foi acrescentada também por Adriano da Gama Kury (PAGK1989), por John Gledson (CJG1998) e por Ivan Teixeira (PAIT2005). Essa vírgula aparece, também, na edição W. M. Jackson (1937) que utilizamos, assim como nas edições José Aguilar / Nova Aguilar. A vírgula, portanto, que já aparecera na edição em folhetim (na *Gazeta de Notícias*), foi acatada (ou adotada) por todas as edições posteriores à edição em livro de 1882. Apesar disso, proporemos uma discussão. Eis o trecho:

E sempre alferes; era **alferes para cá alferes para lá**, alferes a toda a hora. (Assim no texto-base, § 13)

E sempre alferes; era **alferes para cá, alferes para lá**, alferes a toda a hora. (Assim em PC1937, em OCA1959, em PAGK1989, em OCA1994, em CJG1998, em PAIT2005 e em OCA2015, § 13)

Em que pese a autoridade dos editores que optaram pelo uso da vírgula depois de “cá”, e em que pese a prática corrente desse uso nas correlações do tipo “para cá... para lá”, ousaremos propor uma defesa da pontuação do texto-base (que, neste ponto, diverge do texto que vem no rodapé da *Gazeta de Notícias*). Pode, sim, tratar-se de um descuido, na passagem do texto do jornal para o livro. Porém, já vimos que as normas da gramática podem ser deixadas de lado, desde que haja alguma razão para tal, e que muitas vezes o abandono da regra ou do costume resulta em refinamento da expressão. Nesta passagem, o argumento terá dois fundamentos: um de ordem, diríamos, expressiva (que tem relação com a lógica da narrativa); outro de pura sintaxe – que combina muito bem com o anterior e o reforça.

Na narrativa, tia Marcolina manifestou grande apreço por Jacobina, o “seu” alferes”. Há na expressão dele – é Jacobina o narrador dessa passagem – certa impregnação pela vivacidade e pela força expressiva da tia. Esse ímpeto expressivo manifesta-se na ausência da vírgula, que imprime um ritmo célere à elocução – não é totalmente irrelevante a ausência da vírgula. Quanto ao aspecto sintático, é preciso contemplar o período como um todo: há uma primeira parte – “E sempre alferes” – separada do restante do período por ponto e vírgula. Machado de Assis sabiamente pôs

aí um ponto e vírgula. Em seguida temos a expressão “era alferes para cá alferes para lá”, seguida de uma vírgula, depois da qual vem a cláusula do período – “alferes a toda a hora.” (que, por sinal, é um verso setissílabo). Sabiamente Machado de Assis suprimiu a vírgula entre “cá” e “lá”; houvesse aí uma vírgula, e a parte final do período entraria na correlação (que é apenas binária, não admite terceiro termo), ficando o todo composto por três partes equivalentes: “alferes para cá”, “alferes para lá”, “alferes a toda a hora”. Julgamos, portanto, plenamente válida a opção machadiana pelo uso da expressão correlativa sem vírgula. Afora isso, esta passagem serve bem para exemplificar a importância do estudo da pontuação de Machado de Assis (embora haja, de fato, neste caso, possibilidade de erro na primeira edição), a propósito da qual (já o citamos) pontificou Antônio Houaiss: “Matéria [a pontuação] que merece ser estudada longamente, para fins de aprofundamento do sistema rítmico da prosa de MACHADO DE ASSIS [...]” (HOUAISS, 1983, v. I, p. 301)<sup>6</sup>

Outro acréscimo de vírgula, que vem em OCA2015, e que também foi feito por Adriano da Gama Kury (PAGK1989), John Gledson (CJG1998) e Ivan Teixeira (PAIT2005), mas que não aparece na edição W. M. Jackson (de 1937) nem nas edições José Aguilar / Nova Aguilar (em três volumes), é este:

As dores humanas, as alegrias **humanas** se eram só isso, mal obtinham de mim uma compaixão apática ou um sorriso de favor.  
(Assim no texto-base, § 19)

As dores humanas, as alegrias **humanas**, se eram só isso, mal obtinham de mim uma compaixão apática ou um sorriso de favor.  
(Assim em PAGK1989, em CJG1998, em PAIT2005 e em OCA2015, § 19)

Aí, sim, o acréscimo da vírgula foi correto; não conseguimos (em nossas meditações) imaginar uma explicação para a ausência dela – se foi um lapso do autor, se foi erro dele, se foi intromissão ou falha do tipógrafo, se foi acidente tipográfico, não podemos hoje saber. Cabe aqui (muito a propósito) a informação de que no folhetim da *Gazeta de Notícias* havia vírgula depois de “alegrias humanas”. O sumiço dela, portanto, deu-se na passagem do jornal para o livro. Parece-nos evidente que as “dores”

---

<sup>6</sup> Ao tempo em que redigimos este texto, não tínhamos ainda ciência do fato de que a edição em livro de 1882, em relação à transcrição dos textos publicados na *Gazeta de Notícias*, apresenta certos descuidos. Descobrimos isso posteriormente. Nossa argumentação pressupõe que a pontuação do texto no livro (1882) resultou de intervenção do autor.

e as “alegrias”, ideias que se opõem, compõem, na fala de Jacobina, a totalidade das características humanas, das quais, por seu uniforme, por sua “alma exterior”, ele (Jacobina) se viu privado. As “dores” e as “alegrias”, portanto, devem estar no mesmo patamar, isto é, ter a mesma importância; e a vírgula acrescentada ao texto faz justamente isso.

No parágrafo 25, há duas passagens – envolvendo uma delas uma vírgula, a outra envolvendo a combinação de vírgula com travessão – que receberam tratamentos diferentes em diferentes edições (apenas OCA2015 fez intervenções nas duas passagens; intervenções diferentes das demais edições, diga-se). Vejamos:

Mas quando acordava, dia claro, **esvaía-se com o sono**, a consciência do meu ser novo e **único**, – porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimava em não tornar... (Assim no texto-base, § 25)

Mas quando acordava, dia claro, **esvaía-se com o sono** a consciência do meu ser novo e **único** – porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimava em não tornar... (Assim em OCA2015, § 25)

Mas quando acordava, dia claro, **esvaía-se, com o sono**, a consciência do meu ser novo e único, – porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimava em não tornar... (Assim em PAGK1989 e em PAIT2005, § 25)

O primeiro ponto que foi objeto das intervenções diz respeito a uma questão frequente no sistema de pontuação do autor: a presença de vírgula entre sujeito e verbo. Na versão do texto-base (*Papéis avulsos*, 1882) – “esvaía-se com o sono, a consciência” – a vírgula aí presente separa o sujeito – “a consciência” – do verbo – “esvaía-se”. Em OCA2015 – que parece seguir uma lógica da “simplificação” – a opção foi pela supressão da vírgula; já Adriano da Gama Kury (PAGK1989) e Ivan Teixeira (PAIT2005) optaram pela colocação da expressão “com o sono” entre vírgulas, ou seja, acrescentaram uma vírgula depois de “esvaía-se”. Fosse esse um critério uniforme a ser aplicado, seriam necessárias milhares de intervenções na obra de Machado de Assis, pois nela as vírgulas entre sujeito e verbo são numerosíssimas. Com isso, a pontuação do autor ficaria bastante desfigurada. Parece ser essa a sensação geral dos editores, que, às vezes, corrigem, mas, na maioria das ocasiões, deixam o texto ficar como está. É de observar-se que John Gledson não acatou essa alteração; preferiu ser fiel ao escritor.

A segunda passagem, objeto de intervenção apenas em OCA2015, afeta a combinação de vírgula com travessão. Já vimos que essa edição optou pela simplificação, empregando apenas uma das pontuações – com preferência sempre pelo travessão (pelo menos neste conto). Nada há de peculiar na ocorrência de que tratamos agora; portanto, nada a acrescentar aos comentários já feitos com relação ao trecho do parágrafo 4 (em que há caso semelhante).

Outra passagem, outra vírgula:

Imaginaí um homem que, **pouco a pouco** emerge de um letargo, abre os olhos sem ver, depois começa a ver, distingue as pessoas dos objetos, mas não conhece individualmente uns nem outros; enfim, sabe que este é Fulano, aquele é Sicrano; aqui está uma cadeira, ali um sofá. (Assim no texto-base, § 33)

Imaginaí um homem que, **pouco a pouco**, emerge de um letargo, abre os olhos sem ver, depois começa a ver, distingue as pessoas dos objetos, mas não conhece individualmente uns nem outros; enfim, sabe que este é Fulano, aquele é Sicrano; aqui está uma cadeira, ali um sofá. (Assim em PAGK1989, em OCA1994, em CJK1998, em PAIT2005 e em OCA2015, § 33)

Esse é outro caso de vírgula entre sujeito – “que (um homem)” – e verbo – “emerge”. OCA2015, desta vez, optou pelo acréscimo de uma vírgula (ao invés da supressão da outra, que já existia no texto – procedimento adotado na passagem anterior, examinada acima, caso semelhante). A julgar pela sequência temporal das edições, a vírgula parece ter origem em Adriano da Gama Kury (PAGK1989); os principais editores subsequentes – John Gledson e Ivan Teixeira – seguiram-lhe os passos. Há entretanto, aí, uma questão a ser discutida. A gramática, de fato, manda pôr a vírgula (mas, já o dissemos, se o critério for adotado...); porém, a estrutura do período, assim como o sentido de suas palavras, precisa ser bem contemplada, antes de ousar (ou de aceitar) uma intervenção dessas. Vejamos a sequência dos acontecimentos narrados: “um homem” emerge de um letargo, abre os olhos, começa a ver, distingue as pessoas dos objetos. Prestemos atenção: o “pouco a pouco” no texto-base está vinculado intimamente (por causa da ausência da vírgula) à forma verbal “emerge” – o homem emerge de um letargo. Essa é a única ação da sequência de ações (emerge, abre, começa, distingue) que ocorre lentamente, isto é, “pouco a pouco”. Se se põe uma vírgula depois da expressão adverbial “pouco a pouco”, ela passa sintaticamente a se aplicar a todas as outras ações que se sucedem (abre, começa, distingue) – e nenhuma

delas acontece pouco a pouco; são ações instantâneas. Além disso, já o sabemos, vírgulas entre sujeito e verbo são comuns em Machado de Assis. Neste caso específico, a ausência de vírgula se justifica plenamente; fora melhor não colocar a segunda vírgula.

Há ainda um outro interesse na arquitetura do período: o homem “pouco a pouco emerge de um letargo”. Essa situação inicial, que acontece lentamente, serve de introdução e aviso para a sequência, em que tudo acontece gradualmente, lentamente também, mas em outra escala, de um outro modo; tudo começa depois da partícula adversativa: “mas não conhece individualmente uns nem outros; enfim, sabe que este é Fulano, aquele é Sicrano; aqui está uma cadeira, ali um sofá.” Maravilha de construção em prosa!

Portanto, cá entre nós: nada de acrescentar vírgula ao período, tão machadiano, tão rico em sortilégios.

Antes de passarmos aos casos em que apenas um dos editores adotou alguma solução (não são muitos os casos), retornemos à primeira das edições W. M. Jackson (PA1937), para três últimos reparos.

No parágrafo 23, num mesmo período, há supressão de duas vírgulas em PA1937, e de uma outra (sem a supressão das duas suprimidas em 1937) em CJG1998:

As horas batiam de **século a século**, no velho relógio da sala, cuja **pêndula**, *tic-tac, tic-tac*, feria-me a alma interior, como um piparote contínuo da eternidade. (Assim no texto-base, § 23)

As horas batiam de **século a século** no velho relógio da sala, cuja pêndula *tic-tac, tic-tac*, feria-me a alma interior, como um piparote contínuo da eternidade. (Assim em PA1937, § 23)

As horas batiam de século a século, no velho relógio da sala, cuja pêndula, ***tic-tac tic-tac***, feria-me a alma interior, como um piparote contínuo da eternidade. (Assim em CJG1998, § 23)

A supressão de duas vírgulas na primeira edição W. M. Jackson (PA1937), parece-nos, contraria a ideia expressa no texto (a ideia de lentidão do tempo: as horas, batendo no relógio da sala, marcavam os intervalos regularmente, para o incômodo de Jacobina; as vírgulas, pelo que podemos ver, marcam as unidades de significação do período (como se elas fossem equivalentes às horas), separando-as – e reproduzindo, assim, iconicamente, os intervalos do tempo (cujo vagar tanto afligia o personagem).

Isso é coisa de poeta – ou, se quiserem, de grande escritor. Já o sumiço da vírgula (entre os dois *tique-taques*) na edição de John Gledson tem o efeito contrário, de acelerar o tempo – trata-se, certamente, de um cochilo do editor. Afinal, quem não cochila? “Quandoque bonus dormitat Homerus.” (HORÁCIO, 2013, v. 359)<sup>7</sup>

No parágrafo 25, PA1937 substituiu um ponto de exclamação por ponto e vírgula:

– **Oh!** fora bom se eu pudesse ter medo! (Assim no texto-base, § 25)

– **Oh;** fora bom se eu pudesse ter medo! (Assim em PA1937, § 25)

Difícil de entender... seria porque o verbo que vem logo depois do ponto de exclamação começa com inicial minúscula? Injustificável um argumento dessa natureza; iniciais minúsculas depois de pontos de exclamação são usuais desde sempre, na língua literária; justificam-se – é que o ímpeto exclamativo avança sobre as palavras seguintes. Nenhum problema nisso; pelo contrário, Machado de Assis estava certíssimo.

No parágrafo 33, há uma última intervenção na pontuação em PA1937:

Com este régimen pude atravessar mais seis dias de **solidão**, sem os sentir... (Assim no texto-base, § 33)

Com este régimen pude atravessar mais seis dias de **solidão** sem os sentir... (Assim em PA1937, § 33)

Mais uma vez uma vírgula que tem valor expressivo foi eliminada; ela serve bem para marcar o aspecto pausado e lento dos dias em que Jacobina ficara sozinho – depois de ter estado aflito, ele passou a suportar bem a morosidade dos dias.

Os dois editores que, sozinhos, introduziram alterações na pontuação (e não foram seguidos por outros editores) são Adriano da Gama Kury (PA1989), que fez quatro intervenções, e Ivan Teixeira (PAIT2005), que fez uma.

A primeira das intervenções de Gama Kury é esta:

Vejam bem esta **frase**; a perda dos ducados, alma exterior, era a morte para ele. (Assim no texto-base, § 7)

Vejam bem esta **frase**: a perda dos ducados, alma exterior, era a morte para ele. (Assim em PAGK1989, § 7)

---

<sup>7</sup> Qual terá sido o nosso cochilo, ou quais terão sido os nossos cochilos, na edição que preparamos?

A troca do ponto e vírgula por dois-pontos não torna apenas a relação entre as duas partes do enunciado – a que vem antes da pontuação alterada e a que vem depois – mais óbvia, o que, em nosso entendimento, empobrece o texto. A alteração muda, também, a relação entre os enunciados. “Vejam bem esta frase”, apesar do “esta”, que hoje se usa para designar o que vem pela frente, refere-se, evidentemente, no texto machadiano, à frase que já foi dita – “*é um punhal que me enterras no coração*”; o que vem pela frente corresponde ao significado dela. Esta relação, o escritor deixa ao leitor o papel de fazê-la; Adriano da Gama Kury, ao alterar o ponto e vírgula para dois-pontos, desvia toda a atenção do leitor para diante, e revela-lhe o sentido da frase anterior, suprimindo a necessidade de sua participação ativa (no ato da leitura).

Gama Kury procede a uma outra alteração, análoga à anterior, e com o mesmo efeito da facilitação do entendimento:

Ora, um dia recebeu a tia Marcolina uma notícia **grave**; uma de suas filhas, casada com um lavrador residente dali a cinco léguas, estava mal e à morte. (Assim no texto-base, § 19)

Ora, um dia recebeu a tia Marcolina uma notícia **grave:** uma de suas filhas, casada com um lavrador residente dali a cinco léguas, estava mal e à morte. (Assim em PAGK1989, § 19)

A relação paratática, que demandava atividade criativa e inteligente do leitor, passa a hipotática – o que vem depois dos dois-pontos, de informação adicional autônoma (para a qual o leitor há de encontrar uma razão) passa a ser uma explicação – o que não é próprio do texto artístico.

A terceira das intervenções de Gama Kury:

**Subitamente** por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... Se forem capazes de adivinhar qual foi a minha ideia... (Assim no texto-base, § 29)

**Subitamente,** por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... Se forem capazes de adivinhar qual foi a minha ideia... (Assim em PAGK1989, § 29)

Novamente temos a gramática contra a literatura. O advérbio anteposto a todo o período, se deixado sem a vírgula, une-se à “inspiração inexplicável” que acometeu

Jacobina – pois é justamente isto: não há pausa possível no que é súbito. A vírgula, se não chega a descabida, porque é correta, introduz um elemento formal que rompe a inteireza da expressão. Pode até ser que o autor a aceitasse, se questionado a respeito; mas isso não podemos saber. E há como reconhecer na ausência dessa pontuação algo que vale alguma coisa no contexto da narrativa.

Por fim, a última das intervenções desse editor:

Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo **nada**; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. (Assim no texto-base, § 33)

Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo **nada**: o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. (Assim em PAGK1989, § 33)

Diferentes posturas, a do autor e a do editor; o primeiro com sua preferência por pontos e vírgulas; o segundo, por dois-pontos. O primeiro era um artista; o segundo, não.

Finalmente, a única alteração que Ivan Teixeira (PAIT2005) incluiu em sua edição (não tendo sido acompanhado por mais ninguém):

Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito **dias**, deu-me na veneta olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. (Assim no texto-base, § 29)

Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito **dias** deu-me na veneta olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. (Assim em PAIT2005, § 29)

Como em muitos outros casos, temos a gramática de um lado e a expressão artística de outro. A marcação temporal – “no fim de oito dias” – ou vem entre vírgulas (seria o caso de acrescentar uma), ou vem sem vírgula alguma. O editor

preferiu suprimir a vírgula, ao invés de acrescentar outra depois de “porque”. Evidentemente, a operação linguística está correta. Entretanto, novamente a pausa sugerida pela vírgula (pausa no plano da ação, não necessariamente da elocução) combina com o contexto, com a ação do personagem de olhar-se ao espelho, o que só lhe ocorreu depois de oito dias sozinho na casa. Há, é certo, instantaneidade na decisão; porém, importa mais (em nossa opinião) o vínculo da decisão (que foi instantânea – ideia repentina) com os oito dias anteriores (que tardaram a passar – ideia de lentidão).

#### IV

A julgar pelas avaliações que fizemos, a prudência manda conservar, tanto quanto possível, a pontuação do autor. Devem ser corrigidos os erros óbvios, e, quanto à pontuação, suprimir ou acrescentar é algo que se deve fazer apenas nos casos em que nenhuma explicação é admissível. A inserção de notas com comentários explicativos seria melhor do que simplesmente “corrigir” o autor.

Se Antônio Houaiss não tinha razão ao dizer que a pontuação de Machado de Assis é moderna, atualíssima, muito próxima da contemporânea, pois o autor, como vimos, se afasta em alguma medida dos usos hoje consagrados e das recomendações gramaticais, ele (Houaiss) certamente tinha razão no tocante à recomendação de não alterá-la: “se a pontuação é *interpretatio*, escreveu ele (e já o citamos), nenhuma *interpretatio* pode ser melhor do que a do próprio autor.”

Entre todos os casos examinados, apenas em uma ocasião, numa passagem do parágrafo 19, não encontramos justificativa para a pontuação do autor. Nessa passagem, Adriano da Gama Kury, John Gledson e Ivan Teixeira, assim como os responsáveis pelo texto na *Obra completa em quatro volumes* (2015) – da editora Nova Aguilar – fizeram a suposta correção necessária.

#### PUNCTUATION IN THE SHORT STORY “O ESPELHO”, BY MACHADO DE ASSIS

**Abstract:** This paper confronts the punctuation in the short story “O espelho”, by Machado de Assis, in its first edition in *Papéis avulsos* (1882), with the punctuation in editions prepared by scholars in this field. It is attempted to extract from this confrontation teachings that would be useful as guides for the edition of Machado de Assis’s works.

**Keywords:** Punctuation, Machado de Assis, “O espelho”.

## Referências

ASSIS, Machado de. O espelho. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 250, p. 1, 8 set. 1882a.

ASSIS, Machado de. O espelho. In: *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882b. p. 241-257.

[ASSIS, Machado de.] A semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 117, p. 1, 28 abr. 1895.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1937.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1942.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1946.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955.

ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. 3v.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 3v.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Organização editorial Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. 4v.

CAMPOS, Alex Sander Luiz. Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 131-150, jan.-jun. 2018.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41. ed. melhorada e ampliada. São Paulo: Nacional, 1998.

HORÁCIO. *Epistula ad Pisones*. Ed. bilíngue. Org. Bruno Maciel, Darla Monteiro, Júlia Avelar, Sandra Bianchet. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. [Coleção Viva Voz] Disponível em: <<https://rb.gy/plymws>>.

MIRANDA, José Américo. A pontuação no conto “O espelho”, de Machado de Assis.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: Hucitec, 1983. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2 v. [Reimpressão fac-similar da primeira edição, de 1967, pelo Instituto Nacional do Livro.]

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

PARKES, M. B. *Pause and effect: an introduction to the history of punctuation in the West*. Cambridge: University Press, 1992.

SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ars Poetica, 1994.

UNGARETTI, Giuseppe. *Invenção da poesia moderna: lições de literatura no Brasil 1937-1942*. Trad. Antônio Lázaro de Almeida Prado. São Paulo: Ática, 1996.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Rev. e prefaciado pelo padre Gonçalo Alves. Porto: Lello & Irmão, 1959. t. III.